

ATA 2068ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA
DO CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DE SÃO PAULO

Aos dezesseis dias do mês de março de dois mil e dezenove, às nove horas e trinta e sete minutos, realizou-se a segunda milésima sexagésima oitava reunião Plenária Ordinária do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo – 6ª Região, à Rua Arruda Alvim, oitenta e nove. Estiveram presentes 14 (quatorze) conselheiras/os, sendo estas/es efetivas/os e suplentes, a seguir indicadas/os: Guilherme Rodrigues Raggi Pereira, Luciana Stoppa dos Santos, Maria Rozineti Gonçalves, Monalisa Muniz Nascimento, Reginaldo Branco da Silva, Suely Castaldi Ortiz da Silva, Beatriz Borges Brambilla, Beatriz Marques de Mattos, Ed Otsuka, Edgar Rodrigues, Ivana do Carmo Souza, Ivani Francisco de Oliveira, Larissa Gomes Ornelas Pedott e Maria Mercedes Whitaker Kehl Vieira Bicudo Guarnieri, conforme lista de presença anexa, onde constam os registros de horários de ingresso e saída do quórum das/os conselheiras/os, conforme decisão da 1973ª Plenária Ordinária, de 13 de maio de 2017. Foi registrada também, a presença dos gestores Eduardo de Menezes Pedroso, da Subsede Campinas, Juliel Modesto de Araújo, da Subsede Vale do Paraíba e Litoral Norte, Emanoela P. Toledo, da Subsede Ribeirão Preto, Sarah A. Teixeira, da Subsede Bauru e Alexandre Brito de Ângelo, da Subsede Metropolitana. **ORDEM DO DIA:**

I) INFORMES – 1.1) Justificativas de Ausência – Foram registradas as justificativas de ausência das/os demais conselheiras/os: Aristeu Bertelli da Silva, Clarice Pimentel Paulon, Evelyn Sayeg, Maria das Graças Mazarin de Araujo, Regiane Aparecida Piva, Rodrigo Toledo, Vinicius Cesca de Lima, Bruna Lavinas Jardim Falleiros, Magna Barbosa Damasceno, Mary Ueta, Maurício Marinho Iwai e Rodrigo Fernando Presotto. **1.2) Solicitação de afastamento temporário** – Luciana Stoppa dos Santos informa que as/os conselheiras/os Aristeu Bertelli da Silva, Bruna Lavinas Jardim Falleiros, Clarice Pimentel Paulon, Maurício Marinho Iwai e Vinicius Cesca de Lima solicitaram afastamento temporário da função de conselheiras/os. Considerações dos presentes: 1) Beatriz Brambilla questiona se foram apresentadas as motivações para os pedidos de licença. Recorda que na última plenária fizeram uma longa discussão acerca do CPD – Código de Processamento Disciplinar. Assim, questiona como ficara a situação sem esse grupo de conselheiras/os que é muito importante e como respondem isso para a categoria. Recorda que no dia anterior foi realizada uma plenária de julgamento e havia um processo cujo relator indicado era o conselheiro Aristeu Bertelli da Silva e que esse julgamento não foi realizado, uma vez que o conselheiro não esteve presente. 2) Suely Castaldi Ortiz da Silva registra que em 28 de fevereiro, Bruna Lavinas Jardim Falleiros solicitou afastamento temporário da função de conselheira e no dia 1º de março, Aristeu Bertelli da Silva, Clarice

34 Pimentel Paulon, Maurício Marinho Iwai e Vinicius Cesca de Lima encaminham suas
35 solicitações. Suely Castaldi Ortiz da Silva faz a leitura das solicitações de afastamento:
36 Bruna Lavinias Jardim Falleiros – *“Gostaria de informar e solicitar afastamento temporário*
37 *da função de conselheira do CRP SP. Justifico a solicitação devido a dificuldade de*
38 *agenda que tenho enfrentado para participar das atividades. Em razão de atividades do*
39 *mestrado acadêmico, somada a agenda de trabalho e a necessidade de deslocamentos*
40 *constantemente entre municípios, além de outras questões de cunho pessoal, de saúde física e*
41 *mental, infelizmente terei que me afastar por alguns meses”*. Aristeu Bertelli da Silva -
42 *“Aristeu Bertelli da Silva, brasileiro, solteiro, servidor público, psicólogo - devidamente*
43 *registrado junto ao Conselho Regional de Psicologia, Regional São Paulo (CRP SP), onde*
44 *consta registrada identidade profissional sob o número 06/71152, (...), respeitosamente*
45 *REQUEIRO afastamento temporário das funções de conselheiro do atual plenário do CRP*
46 *SP. Justifico a presente requisição em face de dificuldades para conjugar as agendas*
47 *profissionais e pessoais com aquelas ordinárias do cargo função de conselheiro. Nesse*
48 *mesmo diapasão, com o intuito de sanarmos eventuais pendências e preservarmos a boa*
49 *execução da prestação de serviços ao público, aproveito para manter em cópia a*
50 *Coordenação Técnica da COE. Mesmo que temporárias, as dificuldades exigem*
51 *priorização e, com vistas a dirimir problemas, nesse momento, e a contar da presente data,*
52 *requeiro afastamento temporário”*. Maurício Marinho Iwai – *“Informo que, a partir da data*
53 *de hoje (01/03/2019), estou me licenciando das atividades e funções como conselheiro do*
54 *XV plenário do CRP SP por motivos de trabalho e por tempo indeterminado”*. Clarice
55 Pimentel Paulon – *“Eu, Clarice Pimentel Paulon, brasileira, casada, psicóloga devidamente*
56 *registrada nesse regional sob o registro 06/110289, (...), respeitosamente REQUEIRO*
57 *afastamento temporário das funções de conselheira do atual plenário deste regional.*
58 *Justifico a presente requisição devido à dificuldade de conjugação entre as agendas*
59 *profissional, pessoal e as funções do cargo de conselheira. Peço deferimento”*. Vinicius
60 Cesca de Lima – *“Em razão da necessidade de acompanhamento de familiar por motivo de*
61 *saúde, me encontro temporariamente impossibilitado de exercer as funções de conselheiro*
62 *do CRP SP. Assim, solicito que seja concedida licença de minhas funções enquanto*
63 *conselheiro titular do CRP SP, a contar a partir da data de hoje independentemente de*
64 *quando vir a ser apreciada em sessão plenária e por tempo indeterminado, sendo por*
65 *consequência convocada/o conselheira/o suplente para assumi-las, nos termos do art. 3º,*
66 *inciso XII, e do art. 11, inciso VI, do Regimento Interno”*. 3) Guilherme Rodrigues Raggi
67 Pereira informa que no caso de Aristeu Bertelli, havia a questão de ele estar nomeado
68 como relator de um processo ético, com o julgamento marcado para a plenária que ocorreu

ontem e com as partes já convocadas. A Diretoria, então, respondeu que a plenária apreciaria todos os pedidos de afastamento e então, entendem que, até a Plenária Ordinária, ele permaneceria na função e, assim, seria mantido o julgamento para o qual ele era o relator. Mas, o conselheiro Aristeu Bertelli retornou que havia tempo para que o processo fosse remetido para outra/o conselheira/o. Então, cancelaram o julgamento, para que possa haver nova nomeação e ele será realizado no próximo mês. 4) Suely Ortiz complementa que Aristeu Bertelli informou que devolveria a cópia do referido processo ético e, posteriormente, confirmou a devolução. Suely Castaldi Ortiz da Silva informa que no dia 26 de fevereiro foi encaminhado e-mail para todas/os conselheiras/os solicitando que até o dia 08 de março todas/os deveriam indicar as 10 (dez) datas de plenárias éticas que participarão. No dia 07 de março, o conselheiro Aristeu Bertelli responde: *“Considerando meu pedido de afastamento/licenciamento das funções de conselheiro titular, dado em 1º de março de 2019, não poderei assumir novas responsabilidades e/ou tarefas. Assim, nos termos do quanto disposto no artigo 3º, inciso XII e artigo 11, inciso VI - ambos do Regimento Interno deste Conselho, que se convoque conselheira/o suplente”.* 5) Beatriz Brambilla questiona se é possível deferir e indeferir essas solicitações, considerando que se alega motivações pessoais e relacionadas ao trabalho. Registra que todas/os possuem muitas atividades de trabalho. Ela própria também tem muitas atividades de trabalho, está concluindo o doutorado e também está sujeita a problemas de saúde mental e física. Porém, há um compromisso assumido com as/os psicólogas/os. Sugere que seja encaminhada às/aos conselheiros que solicitaram afastamento a indicação das inúmeras demandas de COE e COF, atividades precípuas do CRP SP e trazendo que a solicitação se deu após ter ido uma comunicação indicação a urgência de realização dos julgamentos e das demandas relacionadas à fiscalização. E que se indique que os afastamentos comprometerão as atividades e o atendimento à categoria. 6) Maria Rozineti Gonçalves considera que há poucas/os conselheiras/os atuantes para tantas demandas do CRP SP. Um grupo todo solicitar afastamento junto impacta muito. Sugere que encaminhem ao Conselho Federal de Psicologia um informe da fragilidade do CRP SP, neste momento, uma vez que se trata do maior CR, com um maior número de demandas e um número reduzido de conselheiras/os. 7) Beatriz Brambilla relata que, desde a primeira plenária, entendem que há atribuições distintas para conselheiras/os titulares e suplentes, mas que produziram um pacto no início da gestão de que não diferenciavam as funções, atribuições e obrigações, independente, da titularidade e suplência, com exceção das funções que exigem a titularidade. 8) Luciana Stoppa dos Santos registra que receberam os pedidos simultâneos, logo após os informes sobre os

gargalos de COE e COF. Relata que a Diretoria discutiu a possibilidade de negar essas solicitações, tendo em vista o cenário colocado. Há bastante tempo, as atividades vêm sendo desempenhadas por poucas/os conselheiras/os, considerando, inclusive, a quantidade de gestores que assumiu a função de coordenadores das comissões gestores por conta disso. Com a mudança do CPD, a situação fica bastante delicada.

Encaminhamento: 1) O plenário homologa os pedidos de licença das/os conselheiras/os Aristeu Bertelli da Silva, Bruna Lavinias Jardim Falleiros, Clarice Pimentel Paulon, Maurício Marinho Iwai e Vinicius Cesca de Lima. **2)** Será encaminhado e-mail às/aos conselheiras/os informando a homologação, mas indicando que, diante do cenário, que tão logo as questões apresentadas como justificativa sejam sanadas, que possam retornar da licença. **3)** Será, também, encaminhado Ofício ao Conselho Federal de Psicologia informando sobre a situação atual do CRP SP, com várias/os conselheiras/os de licença. Os pontos de pauta da Plenária Ordinária solicitados por essas/es conselheiras/os deverão ser retirados da pauta. **4)** No site do CRP SP, também constará a licença dessas/es conselheiras/os.

1.3) Tragédia em Suzano – Luciana Stoppa dos Santos relata que, após a tragédia ocorrida, em 13 de março, na Escola Estadual Raul Brasil, no município de Suzano, fizeram um grupo de atendimento à comunidade escolar e encaminharam ofício para a prefeitura e para a coordenação de saúde mental do município colocando o CRP SP à disposição e manifestando solidariedade. Também construíram uma breve nota que foi lançada no site. Trata-se de um momento em que muitas/os psicólogas/os querem colaborar, mas existe um processo que precisa ser organizado pelo município e por um plano de contingência. Também dialogou com o presidente do Conselho Federal de Psicologia para pensarem que ações conjuntas do CFP e CRP SP, com vistas a apoiar a situação em Suzano, juntamente com a conselheira Magna Damasceno, que é trabalhadora do município e que é quem está mais próxima da situação e à frente dos trabalhos. Também participaram dessa reunião Jayme Panerai Alves, Grace Wanderley B. Correia (que trabalharam diretamente nas tragédias de Realengo e da Boate Kiss, em Santa Maria) e Marcos Ferreira. Na ocasião, decidiram que o CFP e o CRP SP viabilizarão ajuda técnica para organização das trabalhadoras e equipes do município. A gestão desse “pós-tragédia” se estenderá por um longo tempo. A ideia é que ofereçam essa ajuda técnica às equipes, para construir um plano de trabalho. Também encaminharam a realização de Roda(s) de Conversa com as psicólogas que atuam no município, na Saúde e na Assistência Social. Maria Rozineti Gonçalves informa que esteve no velório das vítimas fatais da tragédia. Se apresentaram às pessoas que estavam afrente do processo no município, fazendo as articulações iniciais com as equipes da área da Saúde e da

Educação. Na ocasião, já havia equipes do Instituto de Psicologia da USP. Na última sexta-feira, 15 de março, foi realizada reunião da equipe da Educação, que foi muito difícil, pois ainda estavam muito fragilizados. Apareceram muitos voluntários, que estão sendo organizados pela equipe de saúde do município, que farão escala de atendimento e já estão sendo feitas as orientações sobre as questões éticas, como o sigilo profissional. Mas, entende que o CRP SP também pode propor ações de orientação às/aos profissionais envolvidos. Beatriz Borges Brambilla relata que está ocorrendo uma patologização dos dois autores, um adolescente e outro adulto. A lógica colocada é de oferecimento de psicólogos/os, mas somente isso não resolve toda a complexidade do problema. No dia 15 de março, participou da reunião realizada no período da tarde, na escola onde ocorreu a tragédia. Nesse dia, a escola estava sendo pintada. A ideia inicial era que fosse uma reunião pequena, mas havia muitas pessoas presentes, cerca de 60 (sessenta) autoridades, incluindo a primeira dama e uma representante do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Há duas psicólogas afrente de campos da saúde mental no município e muito organização. Na Educação, não há a mesma organização e, por isso, podem notar sua maior fragilidade. Não ofertaram educação na mesma qualidade para os munícipes. É um fato muito midiático. O governo do estado demonstrou muito interesse no diálogo, mas, o que pode representar, também, que não há um plano de contingência para esses casos. Então, a postura adotada, em muitos momentos, parecia negligente. Pontuou-se a necessidade de considerar o cotidiano da escola. A USP, Unicamp e Unesp foram convocadas, porque o governo do estado entende que não possui equipes no campo da psicologia e da educação suficientes para atender a essa demanda. Houve, nessa reunião, falas muito importantes das/os trabalhadoras/es da escola, trazendo o quanto não estavam sendo considerados no processo. Conforme informado por Luciana Stoppa, ficou o encaminhamento da realização da Roda de Conversa com as psicólogas, a fim de as ouvirem e acolherem e produzirem orientação, ocasião em que podem solicitar também o Sindicato dos Psicólogos do Estado de São Paulo – Sinpsi, porque podem surgir questões que os envolvam. A reunião realizada na sexta-feira à tarde encaminhou que, na segunda-feira, pela manhã, haverá um grupo de psicólogas/os que receberão os professores e as equipes técnicas para que pensem a forma de acolhimento das/os estudantes. Ou seja, estão transferindo aos professores o cuidado frente a essa situação, sendo que os mesmos também precisam desse cuidado. Considera importante que o CRP SP esteja representado, por uma/um colaboradora/or do Núcleo Educação e Medicalização, na atividade de segunda-feira, que tenha disponibilidade para participar das atividades com alguma frequência. Relata, também, que

há uma nova demanda: as/os adolescentes estão prestando depoimento nas delegacias e solicitou-se a presença das/os psicólogas/os para acompanhamento da tomada de depoimentos. A luta que tem sido construída pelo CPR é de que não tomarão o depoimento, na função de um delegado ou de um escrivão, porque não é uma atribuição de psicóloga/o. O que tem sido falado é que talvez não seja o caso de comunicar o município e o governo do estado de que a função da/o psicóloga/o é de acompanhamento para uma assistência psicológica, mas de observar como se dá o processo antes. Podem trazer essa questão em uma das rodas de conversa. Assim, os encaminhamentos para o CRP SP são: 1) auxiliar no acompanhamento técnico das questões relacionadas à educação; 2) a escuta das psicólogas da saúde para produção de orientação, em parceria com o Sinpsi; e, 3) ajuda técnica para organização dos trabalhos no município. Luciana Stoppa dos Santos informa que Jayme Panerai chama o processo de autorecuperação pessoal e comunitária e traz a dimensão do cuidado com os familiares, com os professores, com os vizinhos. É um processo de cuidado com a comunidade, em diferentes instâncias. Considerações dos presentes: 1) Reginaldo Branco da Silva informa que na gestão anterior, o Núcleo Emergências e Desastres (NED) tinha uma ação de construção de um plano de contingências do Sistema Conselhos, cuja proposta seria apresentada ao Conselho Federal. Mas, este plenário definiu que deveriam aguardar um GT a ser formado em APAF, que cuidaria dessa questão. Esse GT, no entanto, nunca foi criado. Por isso, o Plano de Contingência saiu do planejamento. Recentemente, foi informado de que existe um GT no CFP, mas que não foi criado em APAF. Recentemente uma pessoa de São Paulo entrou em contato com ele, informou que compõe o GT a convite do CFP, sendo que não solicitaram que o CRP SP indicasse representante para compor o grupo, e se disponibilizou a ir junto com o CRP SP para Suzano. Considera que o CRP SP esteve bastante disponível para atender às demandas da região. Pondera que a atuação da imprensa no caso foi bastante ruim, o que repercutiu mal. A repercussão do caso diminuirá, conforme o tempo passar, assim como também diminuirão os atendimentos, restando as/os profissionais do SUAS - Sistema Único de Assistência Social e do SUS – Sistema Único de Saúde da região. Na proposta de plano de contingência, quem faria o suporte seria a Subsele, no caso, a Comissão Gestora Metropolitana, com apoio do NED. Entende que o CRP SP deve apostar em materiais orientativos, que pode divulgar a Nota Técnica. Porém, em termos de comunicação, talvez precisam de algo mais elaborado do que a Nota Técnica. Pondera, ainda, que voluntariado, às vezes, causa o problema de assédio às pessoas afetadas. 2) Beatriz Brambilla solicita que, quando o Observatório de Políticas Públicas estiver lançado, seja feito o mapeamento das/os

psicólogas/os nas políticas públicas no estado de São Paulo. 3) Ivani Francisco de Oliveira pondera que podem fazer uma notícia acerca desse tema, com entrevistas e trazendo o posicionamento do CRP SP. 4) Luciana Stoppa pondera que podem, também, fazer um vídeo, mas que tenha um texto de apresentação para ser divulgado nas redes do CRP SP. Ou algo com um 'programa', com três vídeos com entrevistados diferentes que trabalhem essa temática. 5) Beatriz Brambilla considera que podem distribuir as cartilhas sobre Emergências e Desastres na rede do município. Considera que as discussões sobre esse caso mobilizam discursos de redução da maioria penal. Assim, entende que podem dialogar com Maria de Lourdes Trassi Teixeira, que é o maior nome na construção do Estatuto da Criança e do Adolescente e da defesa dos direitos da criança e do adolescente no campo da Psicologia; e, Adriana Eiko, que é especialista em criminologia crítica na Psicologia. Há, também, questões de aspectos clínicos que podem ser estratégicas. Christian Dunker faz discussões relacionadas ao desenvolvimento da adolescência e poderiam ouvi-lo neste momento. Acredita que não seria o caso de colocar, exatamente o posicionamento do CRP SP, mas que seria interessante ter alguém da gestão para fazer a mediação. Indica Maria Rozineti Gonçalves e Magna Barboza Damasceno. 6) Cristina Fernandes sugere que seja feito um texto de apresentação dos vídeos que traga o posicionamento e as ações da gestão. 7) Maria Mercedes Guarnieri discorda da indicação de Cristian Dunker. Sugere Ricardo de Castro e Maria Rozineti Gonçalves, pois considera que possuem trabalhos mais amplo sobre crianças e adolescentes e educação. No campo da clínica, indica Marcia Mattos. 8) Maria Rozineti Gonçalves sugere Jaqueline Kalmus, que compõe o Fórum sobre Medicalização da Educação e da Sociedade.

Encaminhamentos: 1) Acompanhamento técnico das questões da educação no município; 2) Escuta das/os psicólogas/os da saúde do município; 3) Ajuda técnica para organização dos trabalhos que serão realizados no município em relação à tragédia ocorrida; 4) Quando lançarem o observatório sobre políticas públicas, deverá ser feito mapeamento sobre as/os psicólogas/os atuantes nas emergências e desastres. 5) Cristina Fernandes fará matéria para o site do CRP SP sobre a tragédia. 6) Serão gravados vídeos rápidos sobre os aspectos/temas que envolvem essa tragédia para divulgação nas redes sociais do CRP SP: Juventude (Maria de Lourdes Trassi Teixeira); Emergências e Desastres (Sandra Luzia Assis da Silva); Criminologia (Adriana Eiko); Educação (Marilene Proença); Clínica (Márcia Mattos).

1.4 Concurso do CRP SP – Karen Meira Dotto, assistente de coordenação da COF, informa que entrou em contato com a Quadrix (empresa responsável pelo concurso), uma vez que há pressa para que as pessoas serem contratadas, devido a defasagem de funcionárias/os e o excesso de demandas. O

244 resultado final já foi publicado. No próximo sábado, 23 de fevereiro, será feito o
245 procedimento de verificação da cota racial, etapa obrigatória por lei. A Quadrix possui uma
246 comissão de pessoas que realizaram um curso, e que estão aptas a realizarem esse
247 procedimento. O edital de convocação foi lançado hoje em Diário Oficial do Estado. Após
248 essa etapa, a área de Recursos Humanos encaminhará telegrama aos classificados, e,
249 somente a partir disso, saberão as datas de início de cada um dos classificados. Faz apelo
250 para que chamem uma/um candidata/o para a subsede Sorocaba, uma vez que há um
251 atraso grande das fiscalizações na região e é responsável de sua parte que faça esse
252 alerta para o plenário. A situação é bastante crítica nessa subsede. **Encaminhamento:**
253 Guilherme Raggi deverá dialogar com Diógenes Pepe, coordenador administrativo
254 financeiro do CRP SP, para verificar a possibilidade de ampliação de vagas, para
255 contratação de mais uma/um psicóloga/o para a subsede Sorocaba. **1.5) Termo de**
256 **Cooperação com MP** - Luciana Stoppa dos Santos informa que no dia 08 de março foi
257 realizada reunião com o Ministério Público sobre o Termo de Cooperação Técnica
258 celebrado entre o CRP SP e o MP. Estiveram representando o CRP Regiane Piva, Karen
259 Meira Dotto e ela própria. O CRP SP recebe muitas demandas do Ministério Público. O
260 CRP SP considera muito importante essa parceria, mas o entendimento era que não era
261 possível atender a todas as solicitações recebidas do MP. Entraram em contato com uma
262 promotora, para realizarem essa agenda. Na reunião, informaram as demandas que são
263 recebidas do MP, muitas vezes solicitando informações que o CRP SP não possui ou com
264 prazos muito curtos para atendimento, sinalizando as demandas tipificadas e estrutura de
265 pessoal do CRP SP. Será elaborado um ofício ao MP contando sobre essas demandas,
266 indicando que o CRP SP tem interesse em atendê-las e na parceria, mas que há questões
267 internas que impossibilitam atender da forma solicitada. O diálogo foi no sentido de
268 mobilizar o Ministério Público a verificar se deveria ser mesmo encaminhada a demanda
269 ao CRP, se existia outro mecanismo possível. Karen Meira Dotto pondera que a promotora
270 foi receptiva, mas explicou que a expedição de ofícios é “automática”, que sempre que há
271 fiscalizações a serem feitas, o promotor encaminha para os diversos órgãos, inclusive
272 porque a própria equipe do MP é insuficiente para o número de demandas que eles têm. A
273 promotora trouxe que o CRP SP deveria encaminhar esse ofício explicando a situação do
274 CRP SP, para que ela possa repassar às promotorias para tentar sensibilizar, mas cada
275 um, por lei, é autônomo. Como algumas subsedes recebem mais demanda que a sede, ela
276 indicou que é possível o CRP tentar realizar diálogo diretamente com o promotor daquela
277 região. Se estão fazendo ofício para tratar sobre demanda encaminhada pela promotoria,
278 essa deveria atender a uma solicitação de agenda. Relata também que a promotora

sugeriu que quando forem realizar fiscalização em locais perigosos que solicitem acompanhamento da guarda civil, para promover segurança aos fiscais. Considerações do plenário: 1) Larissa Ornelas relata que a promotora que fez reunião com o CRP SP é do Centro de Apoio Operacional (CAO) e cuida da área da saúde. O CAO é o órgão de apoio às promotorias e que tem a função de orientação aos promotores. Ela solicitou que mapeassem os locais com mais demandas, para que pudesse focar no diálogo com essas promotorias. Ainda, que quando os promotores oficiam, ganham mais prazo para o processo. 2) Beatriz Brambilla pondera que as instituições de defesa de direitos de maneira pragmática veem o CRP SP como responsável, na mesma lógica perversa que funciona as políticas públicas. Assim, indica que pode ser construído um TAC – Termo de Ajustamento de Conduta, a respeito da relação entre as instituições do sistema de justiça e o CRP SP. Também que, sempre que houver demanda de fiscalização desses órgãos, que seja realizada fiscalização em parceria, para que haja corresponsabilização. Em um Encontro de Sede e Subsedes falaram sobre a segurança das pessoas que vão fiscalizar, em especial as/os trabalhadoras/es do CRP SP. Considera que um agenda público de segurança para cada cidadão não garantirá que atos de violência não aconteçam. Assim, considera ruim que o CRP SP utilize desse método. Entende que é mais viável garantirem a participação das instituições demandantes. Entende a complexidade da questão, que há vezes que as fiscalizações são em áreas isoladas, mas que devem pensar em outras estratégias, compreendendo que as fiscalizações do CRP SP são do exercício profissional das/os psicólogas/os, apenas. 3) Karen Dotto relata que sempre se solicita a fiscalização em parceria com o órgão demandante, mas que isso não tem se concretizado. 4) Luciana Stoppa pondera que as fiscalizações adquirem uma forma polícialasca, com a presença de guarda civil, mas que é preciso, também, pensar na segurança das/os fiscais do CRP SP.

Encaminhamento: 1) Será oficiado o Ministério Público sobre as questões e dificuldades do CRP SP a respeito das demandas desse órgão. 2) A COF deverá repautar o tema em plenária, considerando as dimensões expostas por Beatriz Brambilla nesta plenária e em diálogo com essa conselheira. **1.6) Mostra de Políticas Públicas** – Beatriz Brambilla informa que será realizada Mostra de Políticas Públicas no dia 11 de maio. Convidaram pessoas para compor a comissão de avaliação dos trabalhos. A atividade será realizada na UniPaulistana. Solicitaram aos núcleos que levem de que forma o CRP SP tem realizado o debate sobre as políticas públicas na interface com a Psicologia. A abertura será feita por Maria da Graça Marchina Gonçalves e o encerramento deve contar com Raquel Souza Lobo Guzzo, com uma formação em políticas públicas, mais uma usuária do SUAS, que trará a visão das políticas públicas do ponto de vista das/os usuárias/os. Os núcleos

Educação e Medicalização e Assistência Social desistiram de realizar mostrar próprias, para que a mostra de políticas públicas pudesse ser o espaço de transversalização, também, dessas temáticas. E, em junho, será realizada a mostra de Psicologia e Direitos Humanos. Considerações do plenário: 1) Reginaldo Branco da Silva preocupa-se que as duas mostras acabem sendo confundidas pela categoria. Assim, deve-se pensar em uma forma de divulgação que não haja confusão entre as duas mostras. 2) Beatriz Brambilla sugere que recebam os trabalhos para a Mostra de Políticas Públicas e, nesse evento, façam a divulgação da Mostra de Direitos Humanos. 3) Maria Rozineti Gonçalves sugere que seja feito um vídeo curto sobre a Monstra de Políticas Públicas, para que possam divulgar ao início dos eventos do CRP SP. **1.7) Eleições/ Comissão Eleitoral** – Guilherme Rodrigues Raggi Pereira informa que publicizaram no site do CRP SP o edital de edital de convocação para as eleições ontem, que também já está publicado no diário oficial. Portanto, já podem fazer as inscrições das chapas. O Regimento Eleitoral desta eleição estabelece alguns impedimentos para composição das chapas. Alguns seguem iguais era anteriormente, mas há um critério novo, que é não poder compor comissão gestora no período de 3 (três) meses antes da eleição, ou desde o momento de inscrição da chapa, assim como compor a Diretoria. É importante que todas/os se atentem a esse prazo. Trata-se do art. 9, incisos 1 e 2 do Regimento Eleitoral. **Encaminhamento:** A Secretaria enviará, pela Diretoria, comunicado urgente às comissões gestoras alertando para o exposto no Art. 9, incisos 1 e 2 do Regimento Eleitoral do Sistema Conselhos. **1.8) Psicologia e Povos Tradicionais** – Maria Mercedes Guarnieri informa que no dia 30 de março será realizado o evento “Mulheres da terra, corpos em luta: O que a Psicologia tem a ver com isso?”. Participará a convidada Julieta Paredes, também de uma liderança indígena e uma liderança feminina de moradoras/es de assentamento. Todas as/os membras/os do Núcleo Psicologia e Povos Tradicionais foram convidadas/os. É parte da campanha do CRP SP, das mulheres, para o mês de março. Estão pensando em utilizar a mesma arte utilizada para a Campanha do mês da mulher, alterado a flor presente na arte para uma orquídea, que é mais tradicional no Brasil. Questiona se podem alterar a arte. **1.9) Ações junto a Fundação Casa** – Maria Mercedes Guarnieri informa que realização, junto à Fundação Casa, oficinas de Direitos Humanos e de práticas e instrumentos da psicologia, em todas as subsedes. Farão as oficinas com todas/os psicólogas/os da Fundação Casa. Levarão a Campanha do CFP sobre o discurso de ódio, para poder discutir as questões de direitos humanos em muitas perspectivas. Pondera que quem atua junto com adolescentes em conflito com a lei precisam lidar com muitos tipos de violações. A Fundação Casa aceitou fazer em suas regionais pequenas exposições das oficinas. Na capital, precisarão de

349 pessoas ajudando, porque serão mais de 30 (trinta) oficinas. O CRESS - Conselho
350 Regional de Serviço Social de São Paulo avançou já nesta ação e já está na segunda fase.
351 Informa que encaminhará e-mail às subsedes para que indiquem as pessoas que
352 participarão das oficinas na região e para que possam agendar as datas com a Fundação
353 Casa. Algumas oficinas serão realizadas nas unidades da Fundação Casa, mas, algumas
354 unidades não tem espaço e, nesses casos, serão realizadas nas subsedes. Pede ajuda a
355 todas/os que estejam preparadas/os para discutir direitos humanos e instrumentos e
356 práticas da psicologia no contexto das medidas socioeducativas. Maria Rozineti Gonçalves
357 frisa a importante conquista do CRP SP em relação à aproximação com a Fundação Casa.
358 Há bastante tempo o CRP vem tentando a aproximação. Considera histórica a
359 aproximação com as psicólogas/os dentro das unidades da Fundação Casa. Assim,
360 entende que podem garantir o deslocamento das/os colaboradoras/es de subsedes que
361 possam colaborar com a região metropolitana. **II) APROVAÇÃO DA ATA DA 2014ª**
362 **PLENÁRIA ORDINÁRIA (19/01/18)** - Suely Castaldi Ortiz da Silva submete ao plenário a
363 minuta da ata da 2014ª Plenária Ordinária, de 19 de janeiro de 2018, para aprovação. A
364 minuta já havia sido encaminhada previamente para leitura do plenário.
365 **Encaminhamento:** O plenário homologa a ata da 2014ª Plenária Ordinária. **III)**
366 **APRECIACÃO DE TÍTULO DE ESPECIALISTA** – Na modalidade Residência Multi
367 deferiu-se 02 (dois) na área da saúde. Curso Credenciado deferiu-se 04 (quatro) na área
368 de Psicologia Trânsito, 06 (seis) na área Psicologia Clínica e 04 (quatro) na área de
369 Neuropsicologia. Na modalidade Cursos IES deferiu-se 01 (um) na área de Psicologia
370 Organizacional e do Trabalho, 19 (dezenove) na área de Psicologia do Trânsito, 09 (nove)
371 na área de Psicologia Clínica, 03 (três) na área de Psicologia Hospitalar, 01 (um) na área
372 de Psicopedagogia, 15 (quinze) na área de Neuropsicologia e 04 (quatro) na área da
373 Saúde. Indeferiu-se 01 (um) na área de Psicologia Clínica. Na modalidade Concurso
374 deferiu-se 01 (um) na área de Psicologia Clínica, 02 (duas) na área da Psicologia
375 Hospitalar, 02 (dois) na área de Psicologia Social, 01 (um) na área de Neuropsicologia e 02
376 (dois) na área de Saúde. Assim, o total geral é de 77 (setenta e sete) títulos de
377 especialistas ratificados, sendo os 76 (setenta e seis) deferidos e 01 (um) indeferido,
378 conforme folha anexa que é parte integrante desta ata. **IV) INDEFERIMENTO DE PJ** –
379 Suely Castaldi relata que houve a aprovação de um indeferimento de pessoa jurídica na
380 2065ª Plenária Ordinária, de 16 de fevereiro de 2019. No entanto, foi um indeferimento
381 errôneo. A PJ já estava inscrita e, portanto, não estava no processo de análise. Assim, o
382 solicitado foi o indeferimento da renovação do certificado. **Encaminhamento:** O plenário
383 acorda a alteração da deliberação realizada na 2065ª Plenária Ordinária, de 16 de

fevereiro de 2019, para que seja considerado o indeferimento da Renovação do Certificado de Responsabilidade Técnica da PJ Terapêutica Acredite Ltda (06/4046/J), conforme Memo COF 023/2019. **V) TÍTULO DE ESPECIALISTA DA SAÚDE: PRAZO PARA O REQUERIMENTO POR EXPERIÊNCIA** – Monalisa Muniz do Nascimento explicou que necessitam decidir pelo deferimento ou indeferimento de uma solicitação de título de especialista na área da saúde. Relata que em 2016 foi criado o título de especialista na área da saúde, com Resolução sobre o assunto. Mas, a consolidação da Resolução para títulos de especialista é válida para qualquer área. Mas, o do título de saúde, colocou-se que a experiência era residência multiprofissional, mas a Resolução anterior não havia sido revogada. Assim, o entendimento do CRP SP é que não seria aberta a solicitação de título de especialista na área da saúde por experiência, somente se fosse de residência multiprofissional. No entanto, descobriram que outros Regionais permitiram a solicitação, no prazo de 276 dias, do título por experiência. A partir disso, consultaram o Conselho Federal de Psicologia, que indicou que o CRP SP havia se equivocado e deveria ter aberto o prazo para solicitação do título por experiência. Solicitou-se, então, ao CFP que pudessem abrir o prazo extemporaneamente, mas esse pedido foi negado. Indicou que o ponto deveria ser discutido em APAF, para que outros Regionais que eventualmente também não tenham aberto o prazo possam fazê-lo. Mas, esse ponto nunca foi discutido em APAF. No entanto, uma/um psicóloga/o, mesmo sem o CRP SP abrir prazo, deu entrada na solicitação e está questionando se será ou não deferida. Já está nesse processo há 3 (três) anos, sabe que o equívoco foi do CRP SP. O problema são as consequências da decisão do CRP SP pois, se deferirem, precisarão abrir a possibilidade de apreciar os outros casos também, de pessoas que não se tem o registro, mas que entraram em contato com o CRP SP e foram informadas que não seria possível título de especialista na área da saúde por experiência, sendo que o CFP não ainda autorizou. Qualquer seja a decisão, trará consequências. Não sabe se o Regional pode fazer Resolução própria para abrir o prazo. O Jurídico já avisou que há o direito de deferimento.

Considerações do plenário: 1) Beatriz Brambilla pondera que, caso não seja possível fazer uma Resolução regional abrindo prazo para solicitação, deve-se indeferir esse pedido e justificando a impossibilidade do CRP SP em proceder de outra forma com base na legislação do CFP. 2) Monalisa Muniz explica que a legislação do CFP permitia a abertura de prazo, mas o entendimento do CRP SP foi equivocado. 3) Guilherme Raggi considera que estão cometendo um erro de negarem um direito. Mas, existem consequências que talvez não sejam as melhores para a categoria e para esta autarquia. Talvez seja o caso de consultar o jurídico do CFP, colocando as ponderações que possuem sobre o caso.

Podem fazer uma reunião entre jurídicos. Podem, enquanto plenário, de ofício, reconhecer que houve o erro e conceder o direito, mas seguir o orientado pelo Conselho Federal para as outras circunstâncias. E, pensar junto ao CFP qual lógica seguirão, inclusive para também os implicar nas próximas decisões, inclusive, porque eles serão os responsáveis por apreciar os recursos das possíveis outras/os psicólogas/os que venham a requerer essa titulação. 4) Beatriz Brambilla pondera que o CRP SP precisa garantir que as pessoas sejam atendidas e que, assim, coloquem prazo para resposta do CFP. **Encaminhamento:** O jurídico do Conselho Federal de Psicologia deverá ser consultado, podendo ser realizada reunião conjunta com os dois jurídicos. Considerando a importância e urgência, deve-se solicitar retorno ao CFP em, no máximo, um mês. O assunto será pautado em reunião de Diretoria para providências e a CATE - Comissão de Avaliação de Título de Especialista deverá encaminhar os subsídios. **PRIORIZAÇÃO DA PAUTA** – Guilherme Raggi apresenta a proposta de priorização da pauta da plenária: 1) Atendimento e Boletos; 2) Assuntos Financeiros - Prestação de Contas 2018; 3) 10º COREP SP (Congresso Regional da Psicologia); 4) Resoluções CFP 001/19 e 004/2019; 5) Recomposição das Comissões Gestoras, Permanentes, Núcleos Temáticos, GTs e Representações em Órgãos de Controle Social. **Encaminhamento:** O plenário aprova a priorização apresentada. **VI) ATENDIMENTO E BOLETOS** – Sarah A. Teixeira informa que as funcionárias da subsede Bauru queixaram-se da falta de informação ou de informações desconectadas a respeito dos boletos; há dificuldade das/os psicólogas/os em conseguirem os boletos; ainda não conseguiram emitir a terceira parcela e não há prazo para que o façam. O boleto de fevereiro só foi disponibilizado no final do mês, o que fez com que muitas/os entrassem em contato reiteradamente durante o mês. Relata que não estão conseguindo renegociar anuidades de anos anteriores, que mesmo após 24 horas da emissão, alguns boletos ainda não permitem o pagamento; boletos pagos estão sem baixa automática e, algumas vezes, a/o psicóloga/o pagam boleto em atraso, com juros e multa descritas no documento, o que é aceito pelos bancos, porém, esse boleto não existe mais no sistema do CRP SP e consta como inadimplente. Também, pontua que as informações que são divulgadas no site não são informadas para as funcionárias do atendimento das subsedes, o que faz com que as informações sejam desconhecidas, causando incredibilidade. Considerações dos presentes: 1) Guilherme Raggi relata que tem cuidado dessas questões no CRP é o coordenador administrativo e financeiro, Diógenes Pepe. Assim, pede que isso seja ressaltado para as comissões gestoras. Algumas subsedes tem tomado decisões para sanar alguns problemas com relação aos boletos em um curto prazo, mas que podem comprometer a solução em longo prazo. É

importante que não haja fragmentação, para algumas questões, é importante ter uma gestão mais centralizada. 2) Suely Ortiz relata que havia uma reunião programada com as comissões gestoras, que ocorreu somente na última quinta-feira, 14 de março, por dificuldades de agenda. Nessa reunião, trouxeram as questões do Atendimento, de forma geral. Já haviam feito uma conversa prévia com Adriana Pereira, assistente de coordenadoria do Atendimento, e com Alexandre Morgado, coordenador de informática. Os funcionários da sede apresentaram um documento com sugestões para alteração da forma como é realizado o atendimento atualmente. Esse documento foi remetido para Adriana, para que possa apresentar uma resposta, uma vez que ocupa um lugar de quem deveria cuidar da gestão do departamento e propor melhorias. Ainda não houve retorno. Sobre as subsedes, nessa reunião prévia, Adriana Pereira trouxe que houve uma situação atípica, mas que em certo grau, prevista – uma vez que os três primeiros meses do ano costumam ter um grande número de inscrições. Mas, o número de inscritos em fevereiro deste ano foi maior do que em março de 2018 – sendo que março, historicamente, é o mês com maior número de inscrições. Houve aumento tanto do número de inscrições quanto de cancelamentos de pessoa física. Com isso, praticamente não conseguiram fazer atendimento telefônico, para minimizar os impactos, pediram para a telefonista fazer um pré-atendimento anotando o recado, e, quando possível, alguém retornava e, também, fizeram horas extras para atendimento da demanda represada. Na reunião da quinta-feira, as comissões gestoras traziam as dificuldades que o problema dos boletos gerou. 3) Eduardo de Menezes Pedroso esteve acompanhando o atendimento na subsede Campinas e viu que os problemas com os boletos geraram grande impacto para o atendimento, inclusive em relação ao trato com as funcionárias, que gerou outros problemas. Uma das dificuldades das funcionárias e das/os psicólogas/os que sofreram problemas com os boletos foi saber, efetivamente, o que ocorreu. Assim, questiona qual foi o panorama real e se o sistema do CRP não possui alternativas financeiras. O recolhimento de anuidades é um ponto bastante complexo e que fragiliza a gestão. Sabe que por ser uma autarquia a limitações para a contratação de sistemas e de banco, mas é importante que haja alternativas. Também, encaminhou para Adriana Pereira, do atendimento, um questionamento sobre um plano estratégico de crise, um plano de contingência, mas ainda não teve resposta. Parabeniza a Diretoria pela iniciativa de criar esse fórum com as subsedes para tratar sobre as questões administrativas. Um dos encaminhamentos da reunião foi a comunicação com a categoria. Também questiona qual o planejamento do CRP SP referente ao aumento de demandas, considerando o número de formados. 4) Karen Meira Dotto, assistente de coordenadoria de COF, relata que a

questão do atendimento telefônico impacta outros setores, também, que recebem todos os dias um número alto de ligações para o atendimento. 5) Guilherme Raggi pondera que a Diretoria tem uma visão mais global das questões que impactam o CRP. Não há somente o problema dos boletos, mas uma série de questões que impactam. Desde o ano passado, tem discutido com Diógenes Pepe de deixar um legado administrativo para a próxima gestão, que servirá como uma espécie de manual para as/os novas/os conselheiras/os, na tentativa de algo que seja mais a longo prazo. Na discussão sobre o sistema SEI, é necessário o mapeamento dos fluxos de trabalho e, recentemente, Diógenes Pepe fez um diálogo com uma empresa no sentido de fazer fluxos das atribuições, o que possibilitará separar as atribuições das máquinas administrativas e políticas. Trata-se de um ano atípico e não há um programa de gestão de crise bem instituído, até por não existir a cultura de pensar a longo prazo e crise, embora a flutuação dos números de inscrição seja comum. Mas, alguns departamentos não têm preparo para isso. Questionou-se de o CRP SP ter ou não alternativas. As novas gestões chegam e procuram pensar em mudanças, que algumas vezes são feitas e complicam mais e há algumas questões que são históricas e que perduram por algum motivo o que limita as possibilidades de atuação, como, por exemplo, o banco para recebimento das anuidades, que é o Banco do Brasil porque a lei que cria o Sistema Conselhos determinou. É importante separar com clareza as atribuições de cada um e da máquina. 6) Suely Ortiz relata que a Diretoria convoca reuniões periódicas com os supervisores a fim de ter os encaminhamentos das coisas mais prementes e, muitas vezes, não tem quórum. Isso também impacta, complicando as possibilidades de gestão, enquanto Diretoria. A gestão da crise apresentada pelo Atendimento foi para a sede, faltou pensar para as subsedes. Talvez seja importante pensar em uma pessoa para fazer a gestão administrativa das subsedes. 7) Diógenes Pepe considera que estão tratando de questões diferentes, como se fossem uma única. Com relação aos boletos, a emissão não é novidade para o CRP SP. Mas mudou-se que, agora, o boleto precisa ser registrado. Segunda a regra estabelecida em APAF, há as seguintes possibilidades de pagamento das anuidades de pessoa física: 1) à vista – até 31/01/19, tem-se 10% de desconto; até 28/02/19, tem-se 5% de desconto; e, até 31/03/19, sem desconto. São boletos que, após o vencimento, não é possível o pagamento. Então, por exemplo, um boleto de parcela única gerado em 31 de janeiro, não poderia ser pago, pois com a regra de registro, somente poderiam ser pagos após 24 horas da emissão, quando o boleto não seria mais válido. 2) Parcelado em 5 (cinco) vezes – em janeiro emite-se dois boletos, um com pagamento à vista e outro para pagamento parcelado. O Banco do Brasil emitiu na mesma folha os dois boletos, o que gerou problemas. Para o caso de parcelamento, é possível pagar em até 5

(cinco) dias após o vencimento. A partir disso, entre os dias 7 e 11 de fevereiro, emitem a segunda possibilidade de pagamento a vista, ou a segunda parcela, para quem escolheu essa opção. Cada boleto postado tem um custo e adotam essa medida por economicidade. Registra que, além de garantirem a arrecadação, devem considerar o custo dessa operação. Todo mês faz-se a distinção no sistema de quem pagou e ou não, para emissão dos boletos. Existem limitações como o número de caracteres de endereço suportado pelo sistema e garantir a emissão de todos os boletos. Todo o Sistema Conselhos utiliza esse mesmo sistema, da Implanta e as subsedes não têm acesso a esse sistema. Relata, sobre problemas e dificuldades, que o sistema entende erroneamente que um boleto vencido até 31/01, 28/02, 31/03, 30/04, 31/05 gera multa e juro, o que não deveria. Foi erro do Banco do Brasil; também, que há endereços com CEP errado, o que já gerou 783 (setecentas e oitenta e três) devoluções; o Cadastro Nacional gera pelo site um boleto e não reconhece o desconto, gerando, também, reclamações e retrabalho. Relata que o Cadastro Nacional não é online, é atualizado semanalmente, apenas. 8) Guilherme Raggi relata que foi uma decisão de APAF conceder desconto de anuidades e cada Regional tem autonomia para definir como será concedido. O sistema do CFP não dá suporte para isso, por isso, não é possível garantir via Cadastro Nacional. 9) Diógenes Pepe, a partir disso, diz que em fevereiro, após detectarem a falha, coibiram a emissão de boletos via Cadastro Nacional. Resume, sobre os problemas, que o Banco do Brasil emitiu por benefício próprio em uma folha A4 dois boletos: um à vista, outro parcelado, o que gerou pagamentos em duplicidade. Gera reclamação e retrabalho; o Banco do Brasil estabelece com seus clientes o chamado DDA (Débito Direto Automático) e quem aderiu não recebe boleto em meio físico. Porém, muitas vezes acabam esquecendo-se da adesão, gerando reclamações e retrabalho; na parcela única de 31/01/2019 o Banco do Brasil cobrou juros e multa. Reconheceu o erro. Retrabalho e reclamação. O fato novo, neste ano, é que até o dia 15/03 houve 3365 (três mil, trezentas e sessenta e cinco) novas inscrições e 1293 (um mil, duzentos e noventa e três) cancelamentos, sendo que não há estrutura física, de sistema e telefonia. O ideal seria que toda a geração de boleto fosse online, mas o sistema atual não é confiável e seguro para tal tarefa, não há tecnologia para fazer isso. Em abril de 2017 começaram a pensar sobre as providências necessárias para as inscrições. A principal era realizarem o pré-cadastro. Lamenta que os problemas estejam surgindo juntos. Registra que há falta de funcionárias/os, sendo que 40% das/os funcionárias/os do atendimento são temporários. Em junho de 2018 começaram a pensar sobre os boletos das anuidades de 2019, mas não houve aderência do Banco do Brasil e interna. O detalhamento exposto foi colocado no site em dezembro e não sabe a razão de não ter

559 sido passado às subsedes, mas informa que será encaminhado na próxima segunda-feira.
560 Solicita à Comunicação que somente divulgue informações a respeito de boletos e
561 anuidades no site mediante sua autorização. 10) Sarah Teixeira informa que se sentiu
562 contemplada com as explicações. Sua fala não havia sido uma queixa a respeito do
563 trabalho realizado. A grande dificuldade foi com o fluxo das comunicações, ou entre
564 Diretoria e Subsedes, ou entre os próprios funcionários. Pede, assim, eu o plenário defina
565 como será a comunicação desses assuntos. 11) Diógenes Pepe sugere que pontos que
566 afetem comissões gestoras e conselheiras/os sejam direcionados a ele, e que questões de
567 ordem administrativa e operacional, sejam reportados a Adriana Pereira, assessora técnica
568 do setor de Atendimento e Lia Mara Checa, supervisora desse setor, e questões que
569 envolvam o setor de informática, com Alexandre Morgado, coordenador de TI. Caso não
570 haja resposta ou resolução com essas/e funcionárias/o, devem acioná-lo. Relata que estão
571 tomando providências, como o pré-agendamento e, até o fim de abril deve estar
572 funcionando o pré-cadastro. 12) Suely Ortiz complementa que também estão
573 experimentando o preenchimento digital pelas subsedes dos novos inscritos, o que
574 agilizará quando o processo for realizado na sede. 13) Cristina Fernandes, assessora de
575 relações externas, relata que vem dialogando com Adriana Pereira e que a Comunicação
576 desenvolverá o sistema de pré-agendamento e pré-cadastro. Conta que no site haverá
577 uma página para cada serviço (inscrição, reativação, cancelamento, negociação de
578 débitos, etc.) e cada um contará com as instruções e normativas de cada caso. A ideia que
579 haja login e senha. O mais difícil foi a definição dos intervalos de agendamento, porque era
580 preciso saber o tempo médio de cada atendimento. Na composição pensada, de 20
581 minutos de intervalo entre cada atendimento, seria possível 120 agendamentos por dia, o
582 que é menos do que a quantidade de pessoas atendida atualmente, que é cerca de 180
583 pessoas. Também precisam definir se atenderão pessoas que chegarem sem
584 agendamento e considerar que há faltas e atrasos, o que pode impactar nos atendimentos
585 agendados, assim, consideraram não contabilizar uma mesa, que seria “coringa” para lidar
586 com essa situação e, quando não houver necessidade, pode fazer trabalhos de *back office*.
587 Outra questão que precisam definir é se farão a implantação teste desse modelo de
588 atendimento agendado somente na sede, ou se na sede e subsedes simultaneamente.
589 Sobre as questões apontadas por Diógenes Pepe, sobre as comunicações sobre boletos e
590 anuidades, relata que esta semana recebem um e-mail informando que link o link para
591 impressão do boleto não estava disponível, solicitando que divulgassem isso no site, e ele
592 estava em cópia desse e-mail. 14) Diógenes Pepe relata que não pediu para colocar as
593 mensagens que foram colocadas no site. Talvez tenha havido um equívoco de

594 interpretação naquilo que ele pediu, que era de colocar no site quando a emissão estivesse
595 disponível e que a mensagem anterior não deveria ter sido retirada. 15) Ivani Francisco de
596 Oliveira pondera que estão pensando em uma mudança na cultura de atendimento, com o
597 agendamento online, e precisam pensar em de que forma isso será feito. Para algumas
598 questões, precisam pensar nas limitações, como a impossibilidade de aumentar a equipe
599 de atendimento, uma vez que não há estrutura física ou orçamentária. Portanto, o
600 agendamento prévio deve ser uma solução interessante. Esperava que o número de
601 atendimentos agendados por dia fosse menor do que o número que acontece atualmente,
602 uma vez que acredita que podem estar atendendo para além da capacidade. Para fazerem
603 a mudança, precisam definir se se dará de forma abrupta, não atendendo quem chegar
604 sem o agendamento ou se será de forma gradual. 16) Beatriz Brambilla entende que deve
605 ser feito agendamento online tanto para sede quanto para subsedes, de forma simultânea.
606 Também, que é importante que haja uma transição, até que todas/os estejam
607 habituadas/os com o novo modelo. Questiona se o formulário do agendamento pode
608 funcionar como um pré-cadastro. Diógenes Pepe exterioriza questões que trazem a
609 complexidade do Conselho. Entende que, para algumas questões, há uma “camisa de
610 força” e, pelo que sabe, parte desses engessamentos são ocasionados pela relação com o
611 Conselho Federal de Psicologia. Dessa forma, considera que o CRP SP deveria justificar
612 ao CFP a impossibilidade de continuar seguindo as orientações nacionais sobre sistema,
613 pois isso está impedindo a execução do trabalho. Então, São Paulo poderia funcionar em
614 outra plataforma e, periodicamente, migrar a base de dados para o Siscaf. Sobre as
615 questões dos boletos, entende que podem encaminhar notificações extrajudiciais sobre os
616 prejuízos que o Banco do Brasil tem causado ao CRP SP. Ainda, que em COE e COF, o
617 CRP SP vem construindo a lógica de interiorização, mas, que isso não vem sendo aplicado
618 administrativamente. Considera uma lógica perversa que uma/um psicóloga/o demore mais
619 de um mês para ter acesso à inscrição somente por não estar na sede, que não é de
620 acesso a direitos. Há, também, a questão do acompanhamento das subsedes. Precisam
621 retomar o acompanhamento processual das atividades das subsedes, considerando
622 inclusive as discussões que fazem sobre avaliação de desempenho. Propõe que todas as
623 ações que são realizadas na sede possam ser realizadas, também, nas subsedes. Ainda,
624 que o CRP possa implantar sistemas próprios e solicitar independência, ao menos
625 processual, do CFP. 17) Diógenes Pepe relata que o CRP SP sofre algumas mazelas
626 devido a três migrações de banco de dados, orientadas pelo CFP. Cada vez que migram,
627 perdem dados. Informa que o CFP está licitando um novo sistema. O problema é que o
628 CFP utiliza como critério, Conselhos de menor tamanho. Por essa razão, por exemplo, não

há integração com as subsedes. 18) Suely Castaldi Ortiz da Silva relata que estão sendo feitos diálogos com o CFP, para que entendam que algumas coisas históricas que ocorreram e prejudicaram o CRP SP, para que agora hoje haja um maior cuidado. Recorda que há o GT TI, da APAF, e que nele estão indicando que a implantação de novos sistemas se dê, inicialmente, por São Paulo. O Sistema SEI não iniciará por São Paulo, porque o CRP SP não conseguiu se preparar em tempo para ser laboratório. Mas, o próximo a ser testado com esse sistema será o CRP MG, que também tem subsedes.

Encaminhamento: 1) Será feita a mudança de cultura de atendimento de forma gradativa, assim, inicialmente, continuarão atendendo àquelas/es que vierem sem agendamento prévio. **2)** Não é possível garantir o início simultâneo do agendamento online para sede e subsedes, pois as realidades são muito distintas. O grande fluxo de atendimentos presenciais se dá na sede. Para fazerem de forma simultânea, atrasariam o início da implantação desse sistema, que é urgente para a sede. Depois, o agendamento será levado de forma gradativa às subsedes. **3)** A Comunicação deverá encaminhar a proposta de prazos para implantação do agendamento online, para a Diretoria, até o dia 22 de março de 2019, para que possam aprovar e já dar início a execução desse processo. **4)** Quando houver assuntos que envolvam atendimento na pauta da plenária, Adriana Pereira deverá ser convidada. **INTERVALO DA PLENÁRIA** – Às 14 horas e 20 minutos, a conselheira presidenta, Luciana Stoppa dos Santos, interrompe a plenária, por 1 hora, para almoço. Às 15 horas e XX minutos a plenária é reiniciada. **VII) 10º COREP SP (Congresso Regional da Psicologia) – 7.1) Flacso - Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais** – Luciana Stoppa dos Santos, convida para esse ponto as pessoas da Flacso, que estão trabalhando na sistematização das propostas. O total de propostas aprovadas nos pré-congressos foi de 1380 (um mil, trezentas e oitenta). A Comorg, junto com a Flacso estão tendo 4 (quatro) dias para fazer a sistematização. Após isso, as propostas serão inseridas no sistema do Conselho Federal de Psicologia e será diagramado e impresso o Caderno de Propostas. Esse momento de sistematização é difícil, pois precisam pensar em categorização, temática, aglutinação e garantir que nenhuma proposta será perdida. Os integrantes da Flacso explicam que se trata de um organismo internacional intergovernamental. Não se trata de uma empresa ou de uma ONG – organização não governamental. É uma organização internacional de 17 (dezessete) países latino-americanos mais Portugal e Espanha. A Flacso tem por missão apoiar a atividade docente, pesquisa e eventos relacionados por outros caminhos às ciências sociais e humanas aplicadas. Com a atual gestão da Flacso no Brasil, tem se especializado em atividades relacionadas à educação popular e eventos de participação popular. Assim, estão com

experiência de cerca de 6 (seis) anos de Conferências no campo das políticas públicas, fazendo a relatoria, sistematização e, em alguns casos, pelo desenvolvimento da metodologia. Eventos muito grandes, que se assemelham ao processo congressual do Sistema Conselhos. Ao longo dos anos, vêm desenvolvendo uma série de técnicas para que o processo de sistematização das propostas possibilite representar, da forma mais fiel, o espírito da discussão em que as/os delegadas/os aprovaram essas propostas. Outra questão, foi o esforço coletivo de desenvolver e adotar tabelas e outros mecanismos informatizados para não perderem as propostas. Assim, amanhã deverão entregar uma série de planilhas de fácil entendimento e que permitem o rastreio das propostas. Agradecem que as/os conselheiras/os tenham se disponibilizado para estar junto. Estarão à disposição para dirimir as dúvidas. E, caso o CRP SP deseje, poderão fazer a mediação do COREP. Nesse momento, se despedem da plenária para continuar o trabalho de sistematização que está sendo feito neste momento. Guilherme Raggi relata que a Flacso apresentou uma proposta de orçamento que incluía sistematização e mediação do COREP. Esses dois trabalhos ficariam com curso em trono de R\$ 47.000 (quarenta e sete mil reais), sendo R\$ 27.000 (vinte e sete mil reais) para a sistematização e outros R\$ 20.000 (vinte mil reais) da mediação. O problema é que a sistematização está dando mais trabalho do que esperavam. Assim, propõe que foquem na sistematização e contem com menos apoio no COREP. Como o trabalho que realizam é bastante específico, foi possível contratar com dispensa de licitação, mas esse é um processo complicado. Edgar Rodrigues relata que a previsão inicial era de que o trabalho de sistematização fosse realizado na quinta e na sexta-feira, dias 14 e 15 de março, mas não foi possível e precisou ser estendido para o sábado e o domingo, também. **Encaminhamento:** Devido a questões contratuais e de custo, a Flacso ficará responsável, somente, pela sistematização das propostas. **7.2) Proposta de Regimento Interno** – Guilherme Rodrigues Raggi Pereira informa que, segundo o Regulamento do COREP, o CRP SP precisa ofertar à mesa diretora do Congresso duas propostas de Regimento Interno, uma de eleição de delegadas/os para o CNP - Congresso Nacional da Psicologia por chapa e outra individualmente. Edgar Rodrigues faz leitura das duas propostas de Regimento.

Considerações do plenário: 1) Guilherme Raggi pondera que devem pensar em um método melhor de eleição de delegadas na proposta de votação individual. 2) Beatriz Brambilla considera que é preciso inserir nova nota de rodapé explicando a decisão de utilizar somente palavras flexionadas no feminino, trazendo a decisão de APAF. 3) Edgar Rodrigues entende que devem definir a quantidade de grupos por eixo, sugere que sejam três para cada um. Considera que o número de grupos por Eixo pode ser definido,

posteriormente, pela Comorg, considerando a quantidade de propostas em cada Eixo após a sistematização. 4) Beatriz Brambilla sugere que a quantidade de grupos seja proporcional ao número de propostas de cada Eixo. Ainda, que as/os convidadas/os tenham direito a voz também na plenária e não somente nos grupos de trabalho. Também, que seja acrescido um parágrafo ao artigo 10, indicando que “competete à mesa diretora dar a palavra, controlar o tempo, encaminhar as votações e encerrar o Congresso”. Sobre os grupos de trabalho, sugere que seja acrescido ao artigo 11, que lhes competirá a uniformização de relatórios para encaminhamento das propostas à plenária. Questiona se as propostas que não forem apreciadas nos grupos de trabalho irão para a plenária. Propõe que somente sejam apreciadas na plenária as propostas debatidas e aprovadas em um grupo de trabalho. 5) Guilherme Raggi pondera que precisam definir a quantidade de candidatas para cada chapa, na proposta de eleição por chapa. 6) Edgar Rodrigues considera que a autodeclaração de psicólogas negras, indígenas, travestis, transexuais e pessoas com deficiência deve ser feita dentro do horário de credenciamento, sem que seja necessário fazê-la no exato momento que aquela psicóloga se credenciou.

Encaminhamentos: **1)** Após a sistematização das propostas, a Comorg deverá definir o número de grupos por Eixo, considerando o número final de propostas. **2)** As/Os convidadas/os terão direito à voz também na plenária. **3)** No artigo 10, será acrescido um paragrafo indicando que compete à mesa diretora dar a palavra, controlar o tempo, encaminhar as votações e encerrar o Congresso. **4)** No artigo 11, será acrescido que competirá aos grupos de trabalho a uniformização de relatórios para encaminhamento das propostas à plenária. **5)** No artigo 19, sobre as questões de ordem, acrescentarão texto que consta no Regimento da APAF. **6)** Define-se, para a proposta de eleição de delegadas para o CNP por chapa, que o número máximo de candidatas por chapa é de 25 (vinte e cinco). **6)** A autodeclaração para psicólogas negras, indígenas, travestis, transexuais e pessoas com deficiência, deve ser feita até o final do credenciamento do evento. **7.3)**

Indicação de convidadas pelo plenário (com direito à voz) – Indica-se a necessidade de definição das/os convidadas/os para o COREP com base no Regulamento no Regimento Interno. **Encaminhamento:** O plenário define que deverão ser convidados, conforme definido no Regulamento e no Regimento Interno do COREP, para as até 3 vagas para representações regionais do FENPB – Fórum de Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira, a Abrapso - Associação Brasileira de Psicologia Social ou a Abrapee - Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (a consultar qual das duas), a Fenapsi - Federação Nacional dos Psicólogos e a ABEP - Associação Brasileira de Ensino de Psicologia. Até 4 vagas para entidades da gestão pública estadual: NAT MP – Núcleo

de Apoio Técnico do Ministério Público e CAM - Centro de Atendimento Multidisciplinar da Defensoria Pública do Estado de São Paulo. Até 4 vagas para movimentos sociais de nível estadual: Movimento pela proteção integral de crianças e Adolescentes; Rede de Proteção e Resistência ao Genocídio; Frente Estadual Antimanicomial e um movimento de pessoa com deficiência. Vagas para representantes de Conselhos Profissionais no Estado de São Paulo que solicitarem participação: Será oficiado o Fórum dos Conselhos de Atividades Fim da Saúde de São Paulo informando sobre a realização do Congresso e da possibilidade de participação, mediante solicitação. **VIII) COMISSÃO DE SINDICÂNCIA 001/18 (REGISTRO DUPLICADO DE PSICÓLOGA)** - Guilherme Rodrigues Raggi informa que conseguiram caminhar com os trabalhos da Comissão de Sindicância nº 001/2018, mas que ainda não foi possível finalizar o Relatório Final, assim, solicita prorrogação de prazo, para que seja possível apresentar o relatório na plenária de abril. Encaminhamentos: Aprovada a prorrogação do prazo para apresentação dos trabalhos da Sindicância por mais 30 dias. **IX) RECOMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES GESTORAS, PERMANENTES, NÚCLEOS TEMÁTICOS, GTs E REPRESENTAÇÕES EM ÓRGÃOS DE CONTROLE SOCIAL** - Apresenta-se as propostas de recomposições. **Encaminhamento**: O plenário aprova, em bloco, as recomposições propostas: **Subsede Grande ABC** – Exclusão de Ivani Francisco de Oliveira (06/121139) da coordenação da Comissão Gestora. Inclusão de Davi Rodrigues Ruivo Fernandes (06/118838) como membro. Alteração de Flavia Roberta Eugênio (06/113673) para Coordenadora e de Tatiane Rosa da Silva (06/122671) para subcoordenadora. **Subsede Sorocaba** – Exclusão de Ione Aparecida Xavier (06/27445) da Comissão Gestora. **Subsede Vale do Paraíba e Litoral Norte** – Exclusão de Juliel Modesto de Araújo (06/98648) da coordenação. Inclusão de Karina Alejandra Preter Ancamil (06/57037) como coordenadora. Exclusão do membro William Joseph Gomes de Oliveira (06/83537) e inclusão de Ariana Aparecida Stori (06/137607) como membra. **Comissão de Ética**: **a) Subsede Grande ABC** – Inclusão, como membras, de Aline Caroline Camilo (06/142295) e Claudia Brígida Lima de Oliveira (06/122672). **b) Subsede Ribeirão Preto** – Exclusão dos colaboradores Ariel Barto Gomyde (06/110958) e Dário Henrique Teofilo Schezzi (06/69246). **c) Subsede São José do Rio Preto** – Inclusão de Larissa Fernanda Comino Pereira (CRP 151224). **d) Subsede Sorocaba** – Exclusão de Leonardo Botinhon de Campos (06/141048) e inclusão, como membros, de Ana Julia Gimenes Gomes (06/150692), Carolina Antonelli dos Santos (06/108649), Jessifran Silveira Rosa (06/124243), *ad referendum* Plenária Ordinária 2065ª, de 16/02/19 e Valeria Cristina Antunes Lisboa (06/60611), Alteração de Ellen Taline de Ramos 906/107022) de membra de COE da subsede de Sorocaba para membra da COE

na Sede. **Comissão de Orientação e Fiscalização:** **a) Subsede Ribeirão Preto** – Exclusão das/os colaboradoras/es Camila Andrade de Oliveira (06/94895), Clarissa Mendonça Corradi Webster (06/53151), Dário Henrique Teofilo Schezzi (06/69246), Domitila Shizue Kawakmi Gonzaga (06/129020), Julieta Seixas Moizes (06/80912), Laura Vilela e Souza (06/74033), Leandro Gabarra (06/68098), Luciana Stoppa dos Santos (06/78466), Mariana Hasse (06/86759), Mariana Catalan Andrade (06/127839), Thais Obrecht Rodrigues (06/146150) e Victor Cavallari de Souza (06/109575). Inclusão de Clara Mellin Lutz (06/136190) como colaboradora. **b) Subsede São José do Rio Preto** - Inclusão de Larissa Fernanda Comino Pereira (06/151224) como colaboradora. **c) Subsede Vale do Paraíba e Litoral Norte** - Inclusão de Ariana Aparecida Storti (06/137607) como membra. **d) Subsede Metropolitana** - Inclusão de Rafael Cislinski (06/97135) como colaborador. **Comissão de Direitos Humanos:** **Sede** - Exclusão de Ed Otsuka (06/73247) como membro. **Núcleo Justiça:** **Subsede de Sorocaba** – Inclusão de Carolina Gomes Duarte (06/86830) como membra. **Núcleo Psicologia e Deficiência** – **Subsede Ribeirão Preto** – Inclusão de Jéssica Mendes do Nascimento (06/132671) como colaboradora. **Subsede Grande ABC** – Exclusão da colaboradora Cláudia Geovânia Batista (06/84031). **Núcleo Laicidade e Religiosidade:** Inclusão de Amanda Mariano Rozas (06/143237) como membra. **Núcleo Psicologia e Relações Étnicorraciais:** **Subsede Grande ABC** – Inclusão, como membros, de Maria da Glória Calado (06/33194) e Edilson Claudino Bicudo (06/111631). **Subsede Vale do Paraíba e Litoral Norte** - Inclusão de Ariana Aparecida Storti (06/137607) como membra. **Núcleo Psicologia Organizacional e do Trabalho:** **Subsede Sorocaba** – Inclusão de Jéssica dos Santos Moreira Pavanelli (06/127427) como membra. **Núcleo Saúde:** **Subsede São José do Rio Preto** – Inclusão de Vanessa Gimenez Ferreira (06/95188) e Amilton José da Silva Junior (06/105046) como membros. Exclusão da membra Ana Carolina Ferreira (06/119308). **Subsede Sorocaba** – Exclusão de Carolina Gomes Duarte (06/86830). **Núcleo Sexualidade e Gênero:** **Subsede Ribeirão Preto** – Inclusão de Gabriela de Oliveira Zin (06/139524) como colaboradora. **Subsede São José do Rio Preto** – Exclusão dos membros Pedro Junior Rodrigues Coutinho (06/118209) e Fausto Martins Genatomasse (06/81623). Inclusão, como membros, de Alexandre Felipe de Oliveira (06/1142422), Talita Fabiano de Carvalho (06/71781) e Anderson Benjamin da Costa Souza (06/150815). **GT Formação:** **Subsede Vale do Paraíba e Litoral Norte** – Inclusão de Daniella Prado Nepomuceno (06/81411) como membra. **Subsede Assis** – Inclusão de Silvio Yasui (06/7964) como membro titular e Cristina Amélia Luzio (06/7417) como suplente. **GT Maternidade:** Inclusão de Tatiana Machado Silva (06/69245) como membra. **Núcleo Territorial de Taubaté (Subsede Vale do Paraíba e Litoral Norte)** –

804 Exclusão do coordenador William Joseph Gomes de Oliveira (06/83537). **Representação**
 805 **em Órgãos e Entidades:** Conselho Municipal Anti Drogas – COMAD de Ribeirão Preto –
 806 Exclusão do representante Dário Henrique Teofilo Schezzi (06/69246) e inclusão de Maria
 807 Carolina Pinto Ferraz Cabau (06/110639) como representante do CRP SP. Conselho
 808 Municipal de Jaboticabal - Exclusão de Maria Aparecida Chioda Marques (06/83682) como
 809 representante do CRP SP. Fórum Permanente de Atenção e Saúde Mental - Exclusão de
 810 Dário Henrique Teofilo Schezzi (06/69246) como representante do CRP SP. **X)**
 811 **TITULARIDADE DE CONSELHEIRAS/OS** – Guilherme Raggi informa que há duas vagas
 812 de titularidade a serem preenchidas. Assim, questiona se há indicações para essas vagas.
 813 Indica-se Larissa Gomes Ornelas Pedott e Edgar Rodrigues se auto indica para a
 814 titularidade. **Encaminhamento:** O plenário aprova que as duas vagas de titularidade
 815 passarão a ser exercidas pelos conselheiros Larissa Gomes Ornelas Pedott e Edgar
 816 Rodrigues. Nada mais havendo a tratar, o conselheiro tesoureiro, Guilherme Rodrigues
 817 Raggi Pereira, deu por encerrada a sessão às 17 horas e 50 minutos, da qual eu,
 818 conselheira secretária, Suely Castaldi Ortiz da Silva, lavrei a presente Ata, que lida e
 819 aprovada será assinada por todos os presentes. São Paulo, 16 de março de 2019.

Guilherme Rodrigues Raggi Pereira

Luciana Stoppa dos Santos

Maria Rozineti Gonçalves

Monalisa Muniz Nascimento

Reginaldo Branco da Silva

Suely Castaldi Ortiz de Oliveira

Beatriz Borges Brambilla

Beatriz Marques de Mattos

Ed Otsuka

Edgar Rodrigues

Ivana do Carmo Souza

Ivani Francisco de Oliveira

Larissa Gomes Ornelas Pedott

Maria Mercedes Whitaker Kehl Vieira Bicudo
Guarnieri